

Elementos para pensar o trabalho profissional de assistentes sociais pela perspectiva da totalidade social

Elements for thinking about the professional work of social workers from the perspective of social totality

Lorena Ferreira Portes *  

Melissa Ferreira Portes **  

Evelyn Secco Faquin ***  

Resumo: Este artigo é resultado de trajetória profissional e acadêmica de docentes da área da formação e do trabalho profissional em Serviço Social. A partir de uma revisão bibliográfica, objetiva-se contribuir, à luz da totalidade social, com discussões sobre a problemática do trabalho profissional, destacando a compreensão das políticas sociais como campo mediador do trabalho de assistentes sociais e a necessária distinção e mediação entre objetivos das políticas sociais e objetivos profissionais; e o enfrentamento do traço praticista que desemboca na forma de compreender o trabalho e planejar as ações profissionais. Para tanto, é necessária, não exclusivamente, uma postura dialógica, educativa e de formação permanente. Esse enfrentamento não será obra individual e requer o fortalecimento dos debates coletivos, da reorganização política da categoria profissional e de intenso processo de qualificação profissional.

Palavras-chaves: Serviço Social; Trabalho profissional; Totalidade social; Objetivos profissionais; Praticismo.

Abstract: This article is the result of the professional and academic trajectories of professors in the field of training and professional work in Social Work. Based on a literature review, the aim is to contribute, in light of the social totality, to discussions on the problems of professional work, highlighting the understanding of social policies as a mediating field for the work of social workers and the necessary distinction and mediation between social policy objectives and professional objectives; and addressing the practicist trait that leads to the way we understand work and plan professional actions. To this end, a dialogical, educational, and ongoing training approach is necessary, not exclusively. This approach will not be an individual endeavor, but requires the strengthening of collective debates, the political reorganization of the professional category, and an intense process of professional qualification.

Keywords: Social Work; Professional Work; Social Totality; Professional Objectives; Practicality.

* Universidade Estadual de Londrina. E-mail: lorenafportes@gmail.com

** Universidade Estadual de Londrina. E-mail: melissaportes2010@gmail.com

*** Universidade Estadual de Londrina. E-mail: evelynsecco@uel.br

Introdução

O temário proposto para esta edição da revista *Libertas* sobre os fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social no Brasil e em outros países assume extrema relevância diante do contexto econômico, político, social e ambiental no qual o mundo se encontra na atualidade. A lógica do capital e seu interesse por uma reprodução ampliada acometem os mais diversificados campos da vida social. Como uma das expressões dessa lógica perversa, exploradora e opressora, encontra-se o massacre de trabalhadores com uma política regressiva de direitos sociais, de intensificação e precarização das condições de trabalho, de afrouxamento dos direitos trabalhistas e flexibilização das regulamentações até então vigentes. Ao lado desse massacre, como mais um dos ataques do presente, tem-se uma política de devastação ambiental. Enquanto vendedores/as da sua força de trabalho, portanto, investidos/as pelo estatuto de assalariamento e do subjugo decorrente, os/as assistentes sociais não devem ficar alheios/as às transformações societárias em curso, às alterações acarretadas nas políticas sociais e no mercado de trabalho, que impactam o trabalho profissional e as condições de trabalho dos/as profissionais de Serviço Social.

A atenção para as demandas e requisições do momento histórico em que vivemos, seja da sociedade de uma maneira mais ampla, seja nos âmbitos da formação e do trabalho profissional, exige um conjunto de conhecimentos teóricos, políticos e técnicos que, articulados, processados, mediados e reafirmados, podem contribuir para uma análise mais rica, crítica e aprofundada da realidade social e profissional, bem como apontar caminhos e estratégias para aprimorar e redirecionar a intervenção profissional nos distintos espaços sócio-ocupacionais em que se encontram os/as assistentes sociais no Brasil.

Por isso, a ênfase no debate dos fundamentos da profissão é tarefa premente e coloca-se como um desafio necessário. Assim, este artigo tem a finalidade de reforçar o debate sobre a problemática do trabalho profissional, enfatizando a sua fundamental apreensão pela perspectiva da totalidade social, resistindo a análises fragmentadas, idealistas e endogenistas, rechaçando uma postura presa ao imediatismo, meramente instrumental e “supostamente” técnica do trabalho profissional.

Partindo da trajetória profissional e acadêmica das autoras, na docência na graduação e na pós-graduação na área do Serviço Social, considerando coordenação e participação em projetos de ensino e pesquisa sobre a formação e o trabalho profissional, desenvolvimento de cursos de capacitação e aprimoramento profissional para assistentes sociais, supervisores/as de campo, disciplinas ministradas, orientações de trabalho de conclusão de curso, iniciação científica, mestrado e doutorado, acompanhamento de estágios supervisionados, entre outras

atribuições, apresentamos uma síntese das reflexões construídas durante o percurso profissional e formativo, buscando elucidar questões que perpassam dois elementos considerados fulcrais, quais sejam: a) a compreensão das políticas sociais como campo mediador do trabalho de assistentes sociais e a necessária particularidade e mediação entre objetivos das políticas sociais e objetivos profissionais; b) o enfrentamento de um traço ainda pertinente no trabalho de assistentes sociais que reforça uma herança praticista e empirista, desembocando na forma de compreender o trabalho e planejar as ações profissionais.

Em relação aos procedimentos metodológicos, o artigo é de natureza qualitativa utilizando-se da revisão de bibliográfica. Para a revisão, contamos com autores/as que são consideradas/os de relevância no debate e que possuem larga trajetória em suas pesquisas e problematizações sobre a temática em questão. Esse recurso metodológico é essencial, tendo em vista a pesquisa ser um trabalho de construção e reconstrução que se fundamenta em “[...] uma linguagem baseada em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas, [...] processo de trabalho em espiral” (Minayo, 2009, p. 26). Nesse sentido, Lima e Mioto (2007, p. 40) indicam a necessidade de revisão crítica dos conceitos já existentes “[...] a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador”. O artigo está divido em duas seções, seguidas das considerações finais. A primeira busca analisar o trabalho de assistentes sociais a partir da categoria totalidade social e a segunda busca problematizar continuísmos e enfrentamentos urgentes do trabalho profissional.

Analizando o trabalho dos/as assistentes sociais à luz da totalidade social

A compreensão do trabalho dos/as assistentes sociais brasileiros/as, na segunda década do século XXI, requer retomar premissas analíticas fundamentais que não recaiam em aspectos endogenistas, idealistas e fragmentados da realidade, mas que percorram um caminho à luz da totalidade social. Sendo assim, a análise calcada na crítica da economia política é condição basilar.

Em tempos de renúncia da totalidade social condenada como totalitarismo, de rechaço à universalidade em prol de localismos e particularismos, de negação da classe social pela substituição de novos sujeitos coletivos, a demarcação do debate sobre o trabalho profissional, situado histórica, política e economicamente, é elemento urgente e contundente contra tendências epistemológicas e idealistas que teimam em ignorar e negligenciar (teórica e politicamente) a explicitação das contradições sociais oriundas do modo de produção capitalista, escamoteando o fato de que são produtos das relações de produção e reprodução capitalistas. Assim, a apreensão da categoria trabalho é despida das múltiplas determinações

que se interpõem na produção material e no conjunto das totalidades que compõe os diferentes momentos da vida social.

Estas tendências expressam-se em um conjunto muito diversificado e heterogêneo, mas que, ao final, colocam-se como respostas à considerada crise da modernidade, buscando explicar as transformações societárias no campo econômico, político e social, como desdobramentos de um novo tempo, ou melhor, de um novo espírito do tempo. Encontra-se nesse largo leque de tendências, o pensamento pós-moderno que dirige suas críticas, sobretudo, ao legado marxiano e à anulação de possibilidades revolucionárias e emancipatórias. Ao negar a crítica da economia política elaborada por Marx e Engels, os pós-modernos negam a história e as lutas de classes. Pleiteiam o fim da sociedade industrial, o fim das classes sociais e a morte do marxismo (o que não se coloca como novidade).

Na contramão dessa direção, buscamos compreender e problematizar o trabalho, em especial o trabalho realizado por assistentes sociais, na perspectiva da totalidade social. A teoria social crítica de Marx, tendo “O Capital” como sua obra síntese e madura, é construída a partir de uma interpretação da realidade pelo prisma da totalidade social. O que isso quer dizer? Ao ter por objeto de investigação o modo de produção capitalista, Marx elucidou os fundamentos que sustentam essa relação social e histórica, contraditória e passível de transformações. Desvendou a lei econômica da sociedade burguesa, ou seja, “as leis do nascimento, desenvolvimento e morte do modo de produção capitalista” (Gorender, 2013, p. 36).

Compreender como a sociedade está estruturada, como, a partir da produção social, se ergue um aparato político, ideológico e jurídico, requer uma análise das múltiplas determinações que incidem sobre o real. Dessa maneira, para que possamos entender de forma aprofundada e mais próxima do real as transformações sociais, econômicas e políticas que demarcam os tempos atuais, é preciso partir de uma análise que privilegie o conjunto de determinações que estão embutidas na realidade concreta, condenando explicações deterministas e economicistas, mas, também, explicações idealistas, especulativas, reducionistas e fragmentadas.

Valemo-nos das ponderações feitas por Netto (2011a), ao enfatizar que, para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um todo constituído por partes que são integradas funcionalmente. É uma totalidade concreta, inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Como há totalidades mais determinantes que outras, cabe analisar cada um dos complexos constitutivos das totalidades, esclarecendo as tendências operantes em cada uma das totalidades, que são articuladas.

Portanto, abarcar uma análise pela totalidade social implica em considerar as contradições presentes nesse conjunto de complexos de totalidades.

O real é constituído por uma totalidade prenhe de determinações que não se dão a conhecer de modo imediato. Essa totalidade é conectada por totalidades menos complexas, ou como explicou Lukács, a totalidade social é um complexo que implica em um conjunto articulado de complexos, quer dizer, um complexo de complexos. Nas palavras do autor, “todo ‘elemento’, toda parte, é também aqui um todo; o ‘elemento’ é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto”. No entanto, pontua Lukács, “essa complexidade não elimina o caráter de ‘elemento’: as autênticas categorias econômicas são – precisamente em sua complexidade e processualidade, cada uma a seu modo e cada uma em seu posto – algo efetivamente ‘último’, algo que ainda pode ser analisado, mas não ulteriormente decomposto na realidade” (Lukács, 2012, p. 307).

Diante desses apontamentos, reforçamos que a sociedade burguesa – como uma totalidade concreta – impõe um caminho investigativo que deve considerar a totalidade não como uma soma de partes isoladas e fragmentadas, mas como um todo orgânico e articulado, reconhecendo que as totalidades menos complexas não devem ser consideradas simples. O que deve ser reconhecido é a distinção em relação ao grau de complexidade e como se evidenciam as articulações e mediações com o “momento predominante” que podem resultar, como em relações subordinantes e/ou subordinadas.

Aqui é preciso enfatizar que esse “momento predominante”, permeado por contradições e mediações, não exclui ou desconsidera os elementos menos complexos, pois estes compõem a realidade concreta. É somente o conhecimento dessas conexões que permitirá uma apreensão concreta da realidade concreta. Chasin, citado por Tonet (2016, p. 143), é contundente ao afirmar que “o conceito de totalidade é absolutamente decisivo”, pois, “em última análise o método dialético é a pretensão de reproduzir na cabeça a totalidade do objeto inquirido. E do ponto de vista da dialética só a totalidade contém e revela a verdade. Fora da totalidade não há verdade” (Chasin *apud* Tonet, 2016, p. 143).

Sendo assim, é preciso distinguir o que é da ordem do pensamento e o que é da ordem do real. A realidade é rica, pois é constituída por múltiplas determinações, por uma riqueza categorial que lhe é inerente. Assim, para construir o caminho de apropriação dessas múltiplas determinações, é preciso um movimento de abstração dessa realidade. O exercício intelectivo é fundamental para que se possa captar a lógica do real, sua totalidade concreta, saltando da imediaticidade, da aparência fenomênica para alcançar a verdade. Para isso, é preciso desvendar

o processo histórico e social que deu origem aos fatos que compõem a realidade e explicitar as relações entre os processos ocorrentes em cada totalidade constitutiva da sociedade na sua pluralidade e diversidade, partindo da totalidade macroscópica que é a sociedade burguesa.

Como explicou Marx, no texto *Introdução*, de 1857,

o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (Marx, 2011, p. 54).

O autor continua reforçando que, “na primeira via, a representação plena foi volatizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento” (Marx, 2011, p. 54). Portanto, o real não é resultado do pensamento, do movimento da abstração em si, pois o “método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto”. Nessa perspectiva, Marx afirma que

o todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça [...]. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação (Marx, 2011, p. 55).

Toda essa exposição é para defender o que Marx explicou sobre a totalidade concreta – a moderna sociedade burguesa. Diz Marx que, “como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça” (Marx, 2011, p. 59). Afirma, ainda, que “as categorias expressam formas de ser, determinações de existência” (Marx, 2011, p. 59). Para não falsear a realidade, é preciso considerar que, “em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações”. Dessa forma, é “uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta” (Marx, 2011, p. 59).

No movimento de perseguir as múltiplas determinações que incidem sobre o real, é preciso compreender que só se atinge tal finalidade – de modo aproximativo – considerando que as mediações existem no próprio real. Isso quer dizer que a categoria da mediação é

constitutiva do real, não sendo uma criação do sujeito que apreende a realidade. Nesse sentido, Netto (2011a, p. 57) explica que, no movimento de “descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constituídas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa”, é preciso enfatizar que “tais relações nunca são diretas; elas são *mediadas* não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade” (Netto, 2011a, p. 57). Assim, “sem os sistemas de mediação (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como ‘unidade na diversidade’” (Netto, 2011a, p. 57-58).

A partir dessas considerações, retomamos o debate sobre o trabalho profissional de assistentes sociais. Primeiramente é preciso reforçar que, distante de uma análise corporativista e endógena da profissão, o debate sobre o Serviço Social situa-se no campo da produção e da reprodução social no modo de produção capitalista. O/A assistente social compõe o trabalho coletivo e abstrato, ocupando um determinado lugar na divisão social e técnica do trabalho. O estatuto de assalariamento impõe aos profissionais as exigências e requisições do mercado de trabalho e do Estado, orientadas pela dinâmica da luta de classes. Os/as assistentes sociais, assim como os/as demais trabalhadores/as, estão submetidos às interferências e incidências do assalariamento, às consequências da exploração do trabalho, da extração do mais-valor, da precarização e intensificação do trabalho, do ataque aos direitos trabalhistas, portanto, das condições materiais e objetivas que se interpõem na esfera do trabalho e que se estende às demais dimensões da vida social.

Diante do exposto, ressaltamos a importância da compreensão do trabalho dos/as assistentes sociais circunscrito à dinâmica da exploração e opressões capitalistas, enfatizando que apreender esse exercício profissional particular exige considerar as condições de trabalho dos/as profissionais.

Ao tomar como problemática as condições de trabalho, ressalta-se que as relações sociais capitalistas de produção e reprodução social são condicionadas pela lógica da acumulação do capital. Tal lógica impõe determinadas condições e circunstâncias que visam à exploração cada vez mais ampliada da força de trabalho, seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho. Nos termos marxianos, produzindo mais-valor absoluto e mais-valor relativo. Considerando as lutas pela redução da jornada de trabalho e as limitações postas para seu aumento, Marx explica que se impõe um “dispêndio aumentado de trabalho, uma tensão maior da força de trabalho, um preenchimento mais denso dos poros do tempo de trabalho” (Marx, 2011, p. 482). Tem-se a imposição ao trabalhador de “uma

condensação do trabalho num grau que só pode ser atingido com uma jornada de trabalho mais curta” revelando que essa massa maior de trabalho num dado período de tempo é “uma quantidade maior de trabalho” (Marx, 2011, p. 482). Sendo assim, dentro de certos limites, “o que se perde em duração ganha-se no grau de esforço realizado” (Marx, 2011, p. 483).

Enquanto trabalhador/a regido/a pelo estatuto de assalariamento, o/a assistente social fica sujeitado/a às modificações das legislações trabalhistas, fazendo com que suas condições e relações de trabalho também se alternem. As mudanças nas legislações trabalhistas, com destaque para as normativas e legislações que tratam da flexibilização e terceirização implementadas no Governo Temer, afetam toda a classe trabalhadora que precisa vender sua força de trabalho para sobreviver, mas chama-se a atenção para o fato de que são os/as trabalhadores/as que estão menos protegidos/as legalmente, os/as que mais são afetados/as por tais mudanças, agravando, ainda mais, a condição de precarização do seu trabalho.

A/O assistente social trabalha no campo dos serviços e ainda que, majoritariamente, conforme pesquisa realizada pelo CFESS em 2022 sobre o perfil dos/as assistente sociais, a forma de ingresso desses/as profissionais no mercado de trabalho se dê, prioritariamente, por meio de concurso público, já é possível identificar novas formas de contratação, com destaque para o crescimento de seleções públicas simplificadas, cargos em comissão, pregão eletrônico, edital público, pejotização. Os dados da pesquisa revelam a diminuição da contratação por concurso público e o aumento de contratos precários, identificados como intermitentes e temporários.

Mas, afinal, o que pode ser entendido por trabalho precário?

Alguns pesquisadores têm buscado, principalmente, a partir da década de 1990, apontar indicadores para analisar a precarização do trabalho no Brasil. Franco e Druck (2008) têm se destacado nesse sentido. Para as autoras, pesquisadoras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o trabalho precário existe quando ele se materializa em condições inseguras, instáveis, frágeis, desprotegidas, com características de sazonalidade e temporalidade, fazendo com que o/a trabalhador/a tenha sua capacidade de resistência enfraquecida ou anulada.

Para Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), a precarização não pode ser entendida apenas como ausência de direitos formais ou vínculos empregatícios estáveis, mas como um processo multifacetado que envolve a intensificação do trabalho, a instabilidade contratual, a insegurança social, a degradação das condições de saúde e segurança no trabalho, além do enfraquecimento da identidade profissional e da capacidade de resistência coletiva. Nesse sentido, a precarização é vivida cotidianamente nos ambientes laborais e afeta também a subjetividade dos trabalhadores, produzindo sentimentos de medo, competição e isolamento.

Druck (2011), por sua vez, enfatiza que a precarização é um projeto político articulado ao processo de acumulação capitalista, que busca reduzir custos com trabalho, fragmentar os vínculos coletivos e enfraquecer as organizações sindicais. A autora denuncia a expansão do trabalho terceirizado e das formas atípicas de contratação (como contratos temporários, "pejotização" e trabalho por aplicativos) como instrumentos centrais da precarização. Para Druck (2011), essas formas de contratação promovem desigualdades no interior da classe trabalhadora, criando camadas distintas de trabalhadores com diferentes graus de proteção, remuneração e acesso a direitos.

Ambas as autoras destacam que a precarização não se limita ao setor privado, mas também se dissemina no setor público, por meio de políticas de gestão que introduzem lógicas empresariais nas instituições estatais, promovem cortes de pessoal, metas de produtividade e formas indiretas de contratação. Essa tendência atinge especialmente categorias como professores, profissionais da saúde e assistentes sociais, que passam a vivenciar o trabalho sob condições adversas, com sobrecarga, perda de autonomia e instabilidade funcional.

Franco e Druck (2008) também alertam para a naturalização da precarização como algo inevitável ou necessário diante das “exigências do mercado”, o que impede o reconhecimento dos direitos como conquistas históricas e favorece a aceitação da flexibilização. Ao desvelar os impactos da precarização para além dos aspectos econômicos — atingindo as dimensões sociais, políticas e subjetivas do trabalho —, ambas as pesquisadoras contribuem para a formulação de estratégias de resistência baseadas na solidariedade, na organização coletiva e na valorização do trabalho decente.

É importante advertir que o trabalho precário no Brasil ganha novos entornos com a aprovação da Lei da Terceirização sancionada pelo Presidente Michel Temer em março de 2017, que agregou à precarização mecanismos de intensificação dessa precarização, exigindo mais trabalho, mais exploração, mais produtividade. O terceiro mandato do Governo Lula (2023) chegou com a proposta de revisar pontos críticos dessa legislação com o objetivo de ampliar a proteção social, fortalecer os sindicatos e combater a precarização das relações de trabalho. No entanto, na atualidade, o que se identifica é ausência de um avanço desse debate com decisões governamentais que consolidam o perfil neoliberal de sua gestão e o descaso com a melhoria das condições de trabalho da classe trabalhadora.

Dal Rosso (2008), em sua obra “Mais Trabalho”, analisa o conceito de intensidade buscando resgatar seu significado ao longo do tempo, distinguindo-o do conceito de produtividade. A busca por maior produtividade pode levar à intensificação do trabalho, com consequências drásticas, principalmente para a saúde dos/as trabalhadores/as. Para o

pesquisador, os estudos sobre produtividade focalizam-se nas transformações tecnológicas, nos resultados do trabalho, naquilo que pode ser visto, que é material, mas estudar a intensificação exige se debruçar sobre outros aspectos que são imateriais, ou seja, os efeitos/consequências sobre o/a trabalhador/a, que não podem ser medidos materialmente porque envolvem dimensões como desgaste físico, questões emocionais e de saúde, por exemplo.

No processo de precarização, a intensificação é situaçãoposta no trabalho dos/as assistentes sociais. Nos tempos atuais, o uso das tecnologias de informação e comunicação deve ser considerado no debate, assim como as novas formas (cada vez mais perversas) de contratação do trabalho dos/as assistentes sociais que enterram os direitos trabalhistas e sucumbem perante os discursos de flexibilização e modernização do trabalho na ótica gerencialista.

Se as condições objetivas e materiais colocam-se como determinantes para a análise do trabalho, isso não implica em desconsiderar as condições subjetivas que se interpõem na sua realização. Longe de um viés economicista e refutando uma apreensão subjetivista, recuperamos as contribuições de Netto (2011b) sobre a profissão no espectro da divisão social e técnica do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura, quando enfatiza que é preciso considerar o primordial, isto é, “o erguimento de uma configuração profissional a partir de demandas histórico-sociais macroscópicas” antes de recorrer à sua estrutura como saber (Netto, 2011b, p. 87). O autor continua destacando que a afirmação e o desenvolvimento de um estatuto profissional se operam mediante um duplo dinamismo: de uma parte, aquele que é deflagrado pelas demandas socialmente colocadas; de outra, aquele que é reservado pelas suas reservas próprias de forças (teóricas e prático-sociais), aptas ou não para responder às requisições extrínsecas.

O esforço analítico empreendido até aqui neste texto decorre da necessidade de pensarmos o trabalho do/a assistente social enquanto produto histórico, circunstaciado pelas determinações econômicas, sociais e políticas da dinâmica do capital. Os processos de trabalho, que são coletivos, nos quais se insere o/a assistente social, são mediados pelas correlações de força, pelas tensões e disputas de projetos societários. É nesses processos, prenhes de contradição, que o/a assistente social é requisitado a construir respostas profissionais, desempenhando, assim, suas atribuições e competências. Essas respostas expressam a dimensão técnico-operativa do exercício profissional desenvolvido pelo/a assistente social, que estabelece relação com as demais dimensões, quais sejam, a teórico-metodológica e a ético-política, e que se forjam em condições de trabalho cada vez mais precárias. É uma precarização marcada

também pela intensificação do trabalho, do adoecimento, do assédio moral individual e coletivo dos/as trabalhadores/as, com imposição de índices de metas, de produtividade e de desempenho.

Reafirmamos a premissa de que a profissão de Serviço Social não se autoexplica nem se autodetermina, o que nos leva a apreender o trabalho profissional ancorado radicalmente na teoria social crítica de Marx.

O trabalho profissional de assistentes sociais e a necessária tarefa de enfrentar traços de persistência e continuísmos que limitam uma análise pela totalidade social

Considerando a apreensão construída anteriormente, que serviu para sustentar a compreensão sobre o trabalho de assistentes sociais, apresentamos, a partir de toda a trajetória profissional e acadêmica das autoras, três elementos fulcrais para adensar o debate e trazer contributos para fomentar e aprimorar os eixos teóricos analíticos, políticos e operacionais que envolvem o trabalho. **Um primeiro elemento** é retomar a premissa basilar que incide, efetivamente, nas respostas a serem apresentadas pela categoria profissional diante das demandas sociais postas nos diferentes espaços sócio-ocupacionais: a imbricada relação entre profissão e política social.

As políticas sociais, ainda que não exclusivamente, constituem-se como “base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social” (Guerra; Montaño, 2024, p. 73). O/a assistente social tem sido requisitado/a, historicamente, para a formulação e implementação das políticas sociais, construindo respostas interventivas para responder às refrações da “questão social”, que resultam das lutas de classe que expressam as tensões, conflitos, contradições da apropriação da riqueza pela classe detentora dos meios de produção, mas produzida socialmente pela classe que vende sua força de trabalho.

Tais políticas sociais têm sido desconfiguradas pelo movimento de reestruturação produtiva do capital que, sob sua égide neoliberal, tem implementado um conjunto de *contrarreformas* do Estado disparadoras de grandes mudanças no mundo do trabalho que traduzem uma nova maneira de governar administrativamente a sociedade. Essa organização questiona o tamanho do Estado, sua eficiência, seu *modus operandi*, seu alcance e sua capacidade de proteção social e de financiamento.

Entre essas mudanças que vêm sendo operadas desde os anos 70 do século passado no campo dos direitos sociais no sentido de seu aviltamento, destacam-se as reformas trabalhistas, que vêm produzindo alterações nas relações e condições de trabalho. Tais reformas configuram-se como respostas às crises econômicas, próprias da dinâmica do capital, que se acirram há mais

de quatro décadas no panorama mundial e nacional. Destaca-se, no contexto brasileiro, a Reforma Gerencial do Estado Brasileiro implementada por Bresser Pereira, em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que aprofundou o processo de precarização das condições de trabalho presente até hoje.

A transição do século XX para o século XXI é marcada por transformações gerenciais no campo do trabalho que precisam ser analisadas a partir de uma perspectiva histórico-dialética que nos permita entender, sem pressa analítica e conclusões precipitadas, que nos encontramos diante de mudanças que, apesar de serem anunciadas como novas e modernas formas de trabalho, precisam ser interpretadas, como problematiza Druck (2011), como velhas formas e modalidades que se reproduzem e se reconfiguram num nítido processo de metamorfose social. A autora, quando trata do trabalho precarizado na contemporaneidade, entende-o como “um novo e um velho fenômeno, porque é diferente e igual, porque é passado e presente e porque é um fenômeno de caráter macro e microssocial” (Druck, 2011, p. 35). Tal metamorfose não significa alteração ou supressão do Estado capitalista, mas estratégias perversas para sua manutenção na era da financeirização, às custas da intensificação da exploração da força do/a trabalhador/a.

Problematizar o trabalho de assistentes sociais diante das determinações apontadas traz, como exigência, a reflexão acerca dos espaços sócio-ocupacionais, que abarcam o conjunto das requisições, demandas e ações profissionais, bem como expressam e operacionalizam as finalidades das políticas sociais e das instituições. Podemos observar que há um desafio a ser encarado: o de não confundir objetivos da política social e do próprio espaço sócio-ocupacional com os objetivos da profissão. Tomando por referência as legislações sociais e consequentes normativas, protocolos e resoluções que permeiam as políticas sociais e os serviços sociais, nota-se que há uma tendência em incorporar os objetivos das políticas sociais em que se dá a atuação profissional como sendo, mecanicamente, os objetivos do trabalho profissional. Aqui, despe-se do atributo de mediação que é implícito, mas não desvelado na relação.

A realidade tem mostrado que, seja pelo imperativo das condições de trabalho que levam os/as assistentes sociais a atuarem de forma muito mais “reativa” e “devolutiva” diante das demandas postas; seja pela ausência de um planejamento de trabalho de forma mais coletiva, as respostas profissionais demonstram as dificuldades profissionais em pensar sobre o trabalho que se realizada, isto é, por meio de descrição dos cargos/vagas para contratação de assistentes sociais a partir do conhecimento atestado em legislações e do domínio do “uso” de instrumentos, técnicas, procedimentos, estratégias, mas sem terem sido solicitadas a reflexão e a análise de processos sociais mais amplos.

Autoras como Mioto e Nogueira (2013) insistem em apontar os desafios da relação entre Serviço Social e Política Social, destacando as particularidades das ações profissionais no âmbito da política social, especialmente a autonomia e a especificidade, relacionadas à inserção dos/as assistentes sociais em espaços tradicionais das políticas públicas, vinculados à prestação direta de serviços à população. Nesse prisma, por vezes, não tem comparecido de forma expressiva no desenvolvimento do trabalho dos/as profissionais o planejamento das ações profissionais, para além das demandas pontuais, mais prementes e repetitivas. Aqui, a incorporação dos objetivos das políticas sociais acaba tomando a cena, restando pouco manejo dos/as assistentes sociais no estabelecimento das finalidades que devem direcionar o seu trabalho para pensar, entre outros pontos, em questões tais como: Quais os interesses que movem as ações profissionais? Quais são e de onde vêm as demandas? Como estão sendo respondidas? Sob quais meios? Em quais circunstâncias e limitações? Quais são as concretas possibilidades de intervenção profissional? Quais conhecimentos são necessários mobilizar? Que estratégias teóricas, políticas e instrumentais são fundamentais para subsidiar um trabalho pensado, refletido e direcionado na perspectiva da defesa e reafirmação dos direitos sociais e humanos? O que precisa ser retomado, reavaliado, discutido e pautado com nossos pares, com outros profissionais, com a instituição, com a rede de serviços e com os próprios usuários?

O enfrentamento dessa equivocada apreensão exige reforçar, mesmo que repetidamente, o que de fato é a dimensão técnico-operativa para o Serviço Social. Debater a dimensão técnico-operativa no Serviço Social se torna um exercício contínuo, uma vez que sua compreensão permanece em disputa, persistindo a contradição entre as construções teóricas da categoria profissional e como esta é compreendida. Nessa direção, um primeiro aspecto que cabe ser reafirmado é que não é possível compreender a dimensão técnico-operativa de forma isolada, tendo em vista sua indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica e ético-política. Embora tenha sido construída, no decorrer das últimas décadas, uma definição para fins didáticos, como o conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos, estratégias, atividades, recursos, mobilizados por assistentes sociais que agregam materialidade ao trabalho profissional, essa definição acaba se tornando inoperante quando não se articula a fundamentação teórico-analítica a um direcionamento ético-político.

Assim, no bojo das construções impetradas hegemonicamente pela profissão, considerar a dimensão técnico-operativa “apenas” a aplicação “prática”, ou tomar a definição da profissão apenas pela via da utilização de instrumentos e técnicas, é reduzi-la em proporções não tangíveis. O uso de instrumentos, técnicas, procedimentos e habilidades necessários é condição elementar ao Serviço Social, mas devem estar articulados às ações profissionais necessárias ao

cumprimento de objetivos definidos pelos(as) assistentes sociais. Tais objetivos, no entanto, precisam ser pensados e projetados pelos profissionais de Serviço Social. O movimento não deve ser pensado como ato individual, que depende dos interesses particulares, mas, ao contrário, como tarefa inadiável e intransferível dos/as profissionais que atuam nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Responder ao para quê é crucial para não sucumbir às requisições indevidas, à não definição do que compete ou o que é atribuição profissional, aos equívocos de desconsiderar as especificidades profissionais e servir de “profissional polivalente”, que tudo faz, mas pouco conhecimento tem sobre as incumbências e finalidades.

Como um **segundo elemento**, alinhado às preocupações apontadas anteriormente, situamos um traço ainda pertinente no trabalho de assistentes sociais, que reforça uma herança praticista e empirista, desembocando na forma de compreender o trabalho e planejar as ações profissionais. Como profissão de natureza intervenciva, o Serviço Social dá respostas às demandas e requisições apresentadas, assentadas nas ações profissionais que são orientadas pelos objetivos profissionais, pelas atribuições e competências delimitadas no campo da sua legislação profissional, pela direção política que imprime ao seu trabalho e pelos conhecimentos que mobiliza para dar concretude às respostas profissionais. Entretanto, vimos, na produção do conhecimento e no debate profissional, contextualizando, historicamente, como a profissão foi construindo o direcionamento político e o posicionamento teórico-analítico para sustentar sua intervenção profissional, o seu fazer profissional, pressupondo a articulação de três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Diante dessas considerações, apresentamos **dois aspectos** presentes no trabalho profissional que se aproximam de uma perspectiva/atitude pragmática: a) *immediaticidade e supervvalorização da prática*; b) *desprezo por uma teoria crítica e tendência anti-intelectual*.

O **primeiro aspecto** revela-se no fortalecimento da herança conservadora¹ presente na profissão, que a empurrou para uma perspectiva tecnicista e instrumentalista, esvaziando os componentes políticos e teóricos que perpassam o trabalho profissional. Sobre essa discussão há vasta bibliografia disponível. O traço praticista das respostas profissionais conduz a uma característica, ainda muito forte, que é a exigência por respostas pontuais, imediatas e que se prendam a uma lógica operacional que não favoreça pensar, refletir, problematizar, planejar coletivamente para além das questões imediatas e de curto prazo.

¹ Sobre a herança conservadora no Serviço Social brasileiro, consultar as produções de Marilda Villela Iamamoto. Destaque para os livros “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica”, escrito em parceria com Raul de Carvalho e “Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos”.

Coelho (2013) traz ricas contribuições sobre a imediaticidade no trabalho profissional do assistente social. A autora afirma que a imediaticidade impõe-se no cotidiano profissional levando a uma compreensão de prática como sinônimo de utilidade, ou seja, o trabalho de assistentes sociais centra-se na possibilidade de administrar o caos, tendo por parâmetro a aferição da competência e eficácia. Nessa direção, “as respostas profissionais privilegiam a utilização dos instrumentos para a manipulação de variáveis empíricas, tendo em vista o cumprimento de metas balizadas por critérios de produtividade”, sendo que “a competência profissional está diretamente vinculada à capacidade de cumprir, eficazmente, a essas metas”. Sendo assim, concebe-se a “prática profissional” como aquela correspondente e necessária ao cotidiano, que “não requer o pensar, uma vez que não há perguntas, e as respostas são previamente demarcadas por procedimentos, normas e rotinas atribuídas; ou porque não se reconhece o pensamento intrínseco às práticas cotidianas, que resulta de largas mediações conectadas de forma imediata” (Coelho, 2013, p. 91). O perfil profissional coloca-se como a de um técnico bem adestrado (Netto, 1996) que responda, acrítica e mecanicamente, às demandas e requisições postas; um profissional “tarefeiro”, habilitado a operacionar manuais e protocolos, cumprindo o receituário imposto pelas instituições, sem qualquer nível de resignação, postura crítica e atitude propositiva. Iamamoto (2013, p. 215) chama a atenção para esse perfil profissional que expressa a “tecnificação pragmatista do Serviço Social” e que leva os/as assistentes sociais a refugiarem-se “cada vez mais em uma discussão ‘interna’ sobre elementos que, por si, supostamente lhe confeririam um perfil peculiar – objetos, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção caindo nas amarras do fetiche do metodologismo”. Assim, o interesse profissional acaba se reduzindo nas preocupações com o “aperfeiçoamento do instrumental técnico-operativo, expresso pela sofisticação dos modelos de diagnóstico e planejamento, na busca de uma eficiência que se pretendia asséptica, nos marcos de uma crescente burocratização das atividades” (Iamamoto, 2013, p. 215). Longe de traçar uma análise endogenista e subjetivista, essas manifestações colocam-se como desdobramentos das exigências do mercado de trabalho e das instituições em que os profissionais desenvolvem o seu trabalho. No entanto, as condições objetivas, materiais e institucionais – que são determinantes em última instância – incidem significativamente nas condições subjetivas e na cultura profissional.

A supervalorização da prática consiste em extirpar qualquer possibilidade analítica, reduzindo a “prática profissional” a respostas e ações profissionais imediatas e superficiais, que não extrapolam o campo operativo subsumido aos procedimentos técnicos e instrumentais. O

importante é “*o que fazer e o como fazer*” para dar respostas “eficientes” na resolutividade dos problemas, no cumprimento das metas e métricas impostas aos profissionais.

É oportuno reforçar que a imediaticidade é um nível superficial de apreensão do real. O modo de aparecer não é, de fato, o modo de ser. A imediaticidade esconde as mediações contidas no real, ofuscando suas determinações ontológicas.

Guerra e Montaño, em obra recente (2024), trazem pontos centrais para pensar a superação da razão formal-abstrata na construção e consolidação de uma perspectiva crítica no Serviço Social. Destacamos, a seguir, alguns desses pontos.

Em relação ao “imediatismo e a cotidianização” da prática profissional, os autores pontuam que procura-se alcançar respostas imediatas a demandas emergenciais, importante assim apenas aquelas ações com impactos e resultados diretos e quantificáveis na realidade, em detrimento das ações de médio ou longo prazo, não mensuráveis imediatamente. Assim, por exemplo, privilegiam-se as ações que respondem diretamente aos problemas pontuais, específicos e emergenciais. Em tal sentido, a dinâmica das demandas emergentes e imediatas no cotidiano das pessoas parece colocar o assistente social num frenesi de respostas pontuais e imediatas no seu cotidiano profissional. A reprodução dessa **relação demanda-emergencial/resposta-imediata** leva o profissional (e a profissão como um todo) a uma lógica pragmática, movida pela “pré-ocupação” (Guerra; Montaño, 2024, p. 279).

A postura “reativa” dá o tom do exercício profissional ao reduzi-lo a “dar as respostas pontuais e imediatas” livres de análises mais consistentes ou de reflexões críticas mais contundentes à dinâmica do cotidiano profissional. O fetiche por modelos e receitas prontas para a intervenção também se coloca como tônica, além da atenção às ações repetitivas e mecânicas.

Agregado a isso, coloca-se o **segundo aspecto – desprezo por uma teoria crítica e tendência anti-intelectual**. Considerando que o trabalho de assistentes sociais tende a focar no microssocial, na demanda “recortada” que aparece para ser atendida pelos/as profissionais, gerando uma falsa ideia de que não possui vinculações com as contradições sociais do modo de produção capitalista e que, portanto, não expressam as manifestações das lutas de classes, mas como demandas pontuais, individuais e fragmentadas, o teor praticista/pragmatista influencia à medida que desvaloriza a necessidade da articulação teórico-prática. Como pontuou Guerra (2013, p. 41), “a supressão das mediações teóricas e ideopolíticas, próprias da apreensão da realidade na imediaticidade do cotidiano, leva a uma apropriação da realidade como carente de mediações”. Dessa forma, “a abstração das mediações como resultado de uma apreensão da realidade na sua imediaticidade é o procedimento da consciência comum, própria do cotidiano, que não questiona a gênese e não alcança a apreensão dos fundamentos” (Guerra, 2013, p. 41). Descarta-se, por consequência, a teoria como elemento capaz de fomentar uma compreensão

mais prenhe de determinações, da totalidade do real, da superação da fragmentação e superficialidade do terreno cotidiano. Põe-se a desqualificação da teoria como ferramenta analítica fundamental para pautar o trabalho profissional, uma vez que seríamos “os profissionais da prática” a dar respostas pontuais no cotidiano, por meio de ações técnicas que não exigem uma ação reflexiva de natureza teórico-metodológica.

Aqui se faz presente uma equivocada apreensão de que só interessa mobilizar conhecimentos diretamente ligados à intervenção, reduzindo-os para o campo das legislações sociais, dos conhecimentos instrumentais e das orientações para execução das políticas sociais. O que extrapola esse universo é considerado “não funcional” ao atendimento das demandas profissionais, dada a natureza prático-interventiva da profissão. Pode aparecer, nesta situação, ou o desprezo total pela teoria ou, quando mobilizada, reivindica-se que ela seja “aplicável” ao que se coloca no imediato. Uma teoria eficiente deve responder eficientemente à prática, caso contrário, não teria validade.

A rejeição ao marxismo comparece na profissão, por vezes, por essa ótica que o considera um referencial teórico que não responde às questões da prática e do fazer profissional. Espera-se da teoria um guia para ação, reforçando uma concepção pragmática da teoria como apontam Guerra e Montaño (2024). A tendência à fragmentação do conhecimento, e sua posterior validação prática, reforça o que vimos problematizamos no decorrer do texto. Guerra e Montaño (2024) apresentam aspectos dessa expressão: “o curto prazo, o local, o singular e o imediato, ou o plano “tático”, hipotecando e deixando em segundo plano qualquer estratégia que tenha um horizonte de longo alcance, universal e mediato.

Esse quadro indica outra tendência historicamente presente na profissão: o anti-intelectualismo. Considerados/as como profissionais da prática, numa concepção esvaziada, despolitizada e meramente instrumental, os/as assistentes sociais são postos como técnicos e não como intelectuais. Cria-se até uma falsa dicotomia: ou ele é um técnico bem adestrado ou é um profissional intelectual que pensa criticamente sobre seu trabalho e na realidade social em que está inserido. Discordamos de tal apreensão, pois consideramos que o/a assistente social não se enquadra como meramente um técnico, embora seja um profissional que mobiliza conhecimentos técnicos que o habilitam a desempenhar um determinado ofício, ocupando um determinado lugar na divisão social e técnica do trabalho. Se assim não fosse, não haveria justificativa para a existência da profissão. Sua formação específica, porém, dotada de conhecimentos técnicos especializados, operacionais e instrumentais, que o habilitam a atuar

como assistente social, não se resume a um caráter tecnicista, desprovido de conhecimentos teórico-analíticos e de um posicionamento ético-político².

Por óbvio, o teor de “intelectual” não se restringe ao assistente social que atua na formação profissional, no âmbito da produção de conhecimentos e da pesquisa, embora essa intelectualidade tenha suas particularidades. Os apontamentos de Portes *et al.* (2024) marcam essa preocupação em não criar falácia sobre o perfil técnico e intelectual dos/as assistentes sociais, não recaindo no traço intelectualista e teoricista. Argumentam as autoras que é preciso combater a proposição de que

há os iluminados, os críticos e detentores do saber científico e estariam na academia desenvolvendo suas pesquisas e contribuindo com a produção do conhecimento; por sua vez, encontram-se os “profissionais da prática”, que atuam na gestão, no planejamento e execução dos serviços sociais, sobretudo no atendimento direito às demandas das/os usuárias/os. Esses, de forma leviana, são denominados de “tradicionais e conservadores”, ausentes de intelectualidade. O traço intelectualista deve ser constantemente enfrentado no debate do Serviço Social (Portes *et al.*, 2024, p. 18).

Continuam a exposição apontando que, para buscar superar alguns estereótipos da natureza intervintiva da profissão, reduzindo-a a uma formação tecnicista e instrumental, ou seja, um profissional que está “preocupado unilateralmente em dominar um único aspecto específico da realidade, que constituiu seu âmbito de ação imediata” ou de combater uma concepção de “técnico com verniz intelectual” (Iamamoto, 2007, p. 180), poderemos recair no teoricismo e intelectualismo, segregando dimensões que estão imbricadas: os/as assistentes sociais são técnicos e intelectuais; não é “isso ou aquilo”, pois conjugam-se esses dois aspectos.

Desta forma, na recusa do intelectualismo, é preciso alargar a análise sobre o trabalho profissional e sobre o perfil de um profissional crítico e atento às questões do seu tempo, que não se coloca como um profissional que, unilateralmente, “responde e reage” reproduzindo traços subalternos do exercício profissional, mas que constrói respostas pensadas, planejadas para longo alcance, com direcionamento político e análise teórica. Guerra e Montano (2024, p. 288) reforçam que um dos desafios centrais ao profissional crítico, enquanto intelectual, remete à capacidade de enfrentar e superar, sem sucumbir ao que caracterizam como os “cantos de Sereia”. Quais seriam esses cantos?

Primeiramente, o intelectual crítico tem de superar as visões fragmentadas da realidade, pois a fragmentação da realidade, transformada em estudos “disciplinares”, leva a um conhecimento fragmentário da mesma, antagônico à necessária perspectiva dialética e de totalidade, fundamental para uma compreensão da complexidade, das diversas determinações do real, chegando à essência, aos fundamentos, à raiz da realidade que se pretende conhecer

² Há um imenso debate e produção da área sobre as dimensões profissionais, com destaque para as construções de Yolanda Guerra, Cláudia Mônica dos Santos e Rosa Lúcia Prédés Trindade.

(Guerra; Montaño, 2024, p. 288).

Em segundo lugar, os autores defendem que o profissional crítico tem o desafio de “evitar/enfrentar o ‘novo linguajar’ de aparência progressista, mas de (camouflado) conteúdo conservador”. Um terceiro desafio ao profissional/intelectual crítico é o de “evitar a cooptação e o apassivamento por parte dos setores hegemônicos”, o que leva à adesão e à despolitização. Um quarto desafio do intelectual crítico é “evitar enfrentar a sedução do que denominamos de os ‘cantos de Sereia’” naquilo que chamaram de “ideologia do terceiro setor”, assentado em discursos pós-modernos fundados na tríade de autorresponsabilização dos indivíduos, desresponsabilização social do Estado e desoneração do capital. Destacam os autores que essa ideologia é funcional ao projeto neoliberal e promovida por organismos internacionais. Como quinto desafio, está o enfrentamento da armadilha que caracterizam como “cavalo de Troia”. Essa é uma armadilha que vem travestida de progressista – promovida pela esquerda “possibilista” e pós-moderna –, mas de conteúdo neoliberal, que destrói por dentro as lutas das classes trabalhadoras, desviando seu foco para projetos camuflados por novo linguajar (empoderamento, responsabilidade social e empresarial, economia solidária, sustentabilidade ambiental, o linguajar do politicamente correto, por exemplo) que desarticulam qualquer possibilidade de unidade dos trabalhadores.

Por certo que o campo teórico-analítico pode contribuir para o campo da intervenção no sentido de calcar as respostas profissionais. No entanto, não é determinante ou não se coloca como momento predominante, mas pode mobilizar os/as profissionais a problematizarem a realidade social, institucional e profissional que os/as cercam. É num processo de intensas e contínuas mediações e contradições em que o trabalho de assistentes sociais (como qualquer outro ofício profissional na ordem do capital) se debruça e se desenvolve. Colocado no patamar de ampliação e reafirmação de direitos sociais e humanos, de alargamento da participação dos/as usuários/as nas diferentes instâncias da organização política; da desburocratização do acesso aos serviços, benefícios, projetos e demais ações que se colocam no campo dos direitos (mesmo reconhecendo seus limites burgueses); de enfrentamento de posturas autoritárias, policialescas e discriminatórias; de problematização do papel do Estado e de seu atrelamento aos interesses do capital; de reivindicação de melhores condições de trabalho e ampliação de políticas sociais (mesmo que saibamos que, em última instância, são funcionais ao capital para reprodução da força de trabalho), o trabalho precisa ser pensando teórica e politicamente.

É preciso não confundir profissão com protopartido, com movimento social ou qualquer espécie de organização política. A natureza assalariada do trabalho já se interpõe às limitações profissionais diante das determinações macroestruturais. Isso não significa que não há

vinculação política da profissão com a luta mais ampla da classe trabalhadora, ou melhor, com seus interesses históricos. Mesmo reconhecendo o vigor limitado das ações profissionais na esfera das lutas classistas e revolucionárias, não podemos nos furtar a essa tarefa.

Consideramos que um referencial teórico crítico que dê condições para que os/as profissionais analisem a realidade na perspectiva da totalidade, contrapondo-se a elaborações superficiais, subjetivistas, idealistas e conservadoras, não é suficiente, mas é fundamental e urgente. O construto teórico-analítico pode favorecer posicionamentos políticos que se coloquem no campo dos enfrentamentos das desigualdades e injustiças sociais, de toda forma de violência e opressões e de barbárie social endereçadas à classe trabalhadora.

Netto (2017, p. 328) alerta sobre a hipertrofia que tende a insistir na área do Serviço Social: “reduzir a intervenção profissional ao exercício técnico elementar de uma assistência refilantropizada e, de outro, a reconduzir o discurso teórico-profissional a âmbitos societais microscópicos”. Aponta que a profissão enfrenta, de uma parte, o risco de “perder o estatuto acadêmico a que se alçou com a sua consolidação, convertendo-se em profissão mera e elementarmente técnica e de segunda linha” (Netto, 2017, p. 328). De outra parte, Netto pontua que “os intentos de renovação crítico-teórica tendem a recolocar, mais sofisticadamente, os impasses e limites de uma profissão de corte ‘psico-social’ como é verificável em significativos e recentes esforços de teorização profissional” (Netto, 2017, p. 328).

Não é um detalhe a ser menosprezado, pontua Netto (2017), que, “nesses esforços, intencionalmente críticos, a categoria teórica da *exploração* não compareça inclusive em boa parte daquelas elaborações que procuram pensar numa perspectiva ‘anti-opressiva’” (Netto, 2017, p. 329).

Considerações finais

A análise do trabalho de assistentes sociais à luz da totalidade social revelou-se imprescindível para a apreensão crítica das determinações históricas, políticas, econômicas e sociais que configuram a profissão na contemporaneidade. Ao romper com leituras fragmentadas, endogenistas e idealistas, o presente estudo reafirma a centralidade do referencial teórico-metodológico marxiano nas análises da realidade social, para desvelar as múltiplas mediações que condicionam o trabalho profissional.

Reconhecer o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, sob a égide do modo de produção capitalista, possibilita identificar, entre outras questões, as formas perversas de precarização que se expressam no trabalho e explicitar como incidem diretamente sobre as condições materiais e subjetivas de trabalho dos/as assistentes

sociais, comprometendo sua autonomia profissional — já historicamente relativa —, fragilizando sua saúde e afetando, de forma significativa, a qualidade dos serviços prestados à população. Esta, por sua vez, é impactada por respostas profissionais formuladas de maneira reiterativa, mecanicista e imediatista, voltadas prioritariamente ao atendimento das demandas e requisições institucionais que não foram problematizadas com rigor crítico e analítico.

A análise empreendida neste artigo permitiu aprofundar a reflexão sobre a dimensão técnico-operativa no Serviço Social, que não pode ser analisada de forma desarticulada das demais dimensões do trabalho profissional — teórico-metodológica e ético-política —, tampouco apartada da realidade concreta. Pelo contrário, sua efetivação se dá de maneira articulada e processual, mediada pelas determinações da luta de classes e pelas injunções do capital sobre as políticas sociais, que conformam os espaços sócio-ocupacionais da profissão.

Para tanto, é necessária uma postura dialógica, educativa e de formação permanente para enfrentar — não na sua totalidade, por óbvio — os traços praticistas e imediatistas e, de certo modo, anti-intelectualistas, que ainda permanecem no desenvolvimento do trabalho dos/as assistentes sociais. Esse enfrentamento não será obra individual e requer o fortalecimento dos debates coletivos, da reorganização política da categoria profissional e de intenso processo de qualificação profissional.

593

Referências bibliográficas

- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2025.
- COELHO, M. *Imediaticidade na prática profissional do Assistente Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- DAL ROSSO, S. *Mais trabalho!*: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DRUCK, M. G. Trabalho, precarização e resistência: novas e velhas formas de enfrentamento do trabalho precário. In: DRUCK, M. G. (org.). *Trabalho, precarização e resistências: novas e velhas formas de enfrentamento*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 21-38.
- FRANCO, T.; DRUCK, G. A Precarização do Trabalho no Brasil: um estudo da evolução da terceirização no Brasil e na indústria da Bahia na última década. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Valencia, v. 13, n. 19, p. 97-119, 2008. Disponível em: <https://alast.info/relet/index.php/relet/issue/view/15>. Acesso em: 26 jul. 2025.
- FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsso/a/TsQSX3zBC8wDt99FryT9nnj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- GORENDER, J. *Marxismo sem utopia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2013.

- GUERRA, Y. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. *Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/YC4WByMy9S8rWF7qwRZff8y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2025.
- GUERRA, Y.; MONTAÑO, C. *Serviço Social Crítico*: teoria e prática. Campinas: Papel Social, 2024.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no serviço social*: ensaios críticos. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2013.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*: o trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. v. 1.
- MARX, K. *Elementos fundamentais para a crítica da economia política (Grundrisse)*: introdução de 1857. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. *Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2025.
- NETTO, J. P. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. In: BRAZ, M. (org.). *José Paulo Netto*: ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017. p. 314-329.
- NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.
- PORTESES, L. F. et al. Serviço Social e seus fundamentos: uma experiência de educação permanente em uma universidade estadual do Paraná. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 24, e 24422714, p. 1-23, 2024.
- TONET, Ivo. *Método científico*: uma abordagem ontológica. 2. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.